

1. Introdução

O Fundo Garantidor Baiano de Parcerias (FGBP), cuja criação foi autorizada pela Lei Estadual nº 12.610, de 27 de dezembro de 2012, tem como competência precípua a prestação de garantias de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pela Administração Direta ou Indireta do Estado da Bahia, em virtude das parcerias público-privadas celebradas nos termos da Lei Estadual nº 9.290, de 27 de dezembro de 2004, desde que previstas em projeto previamente aprovado pelo Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas (PPP). Na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 14 de outubro de 2013, foram aprovadas a garantia e suas condições para o Contrato de PPP para implantação e operação do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas (SMSL). E, em setembro de 2018, a Assembleia de Cotista do Fundo aprovou a constituição de garantia para o Contrato de PPP destinado à operação, manutenção do Sistema Viário BA-052 e construção de ponte-travessia sobre o rio São Francisco entre os municípios baianos de Xique-Xique e Barra (Sistema Viário BA-052). Este documento tem por objetivo apresentar o comportamento dos principais indicadores do FGBP no exercício de 2018 e está disponível ao Conselho Consultivo do FGBP em cumprimento ao inciso IV, art. 13, do Estatuto do FGBP.

2. Negócios realizados no período

Não se aplica. Não foram realizados novos negócios com os recursos do FGBP no exercício de 2018. Todo o patrimônio do Fundo manteve-se aplicado em fundos de renda fixa e referenciado, conforme detalhamento disposto no subitem 5.2 deste relatório.

3. Obrigações contraídas no período

No exercício de 2018, o Fundo contraiu novas obrigações com a assinatura do contrato de garantia firmado com a concessionária Estrada do Feijão SPE S.A., responsável pelo empreendimento Sistema Viário BA-052, em 03 de outubro. Além dessas, o Fundo manteve as obrigações contraídas com o Contrato de PPP para implantação e operação do SMSL.

4. Honra a garantias

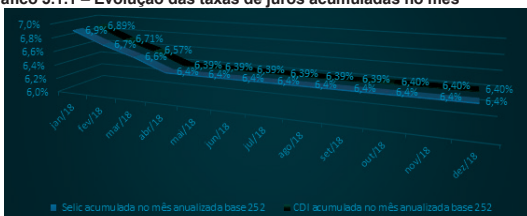
- 4.1. Pagamento à concessionária do SMSL de R\$ 23.084.370,00 (vinte e três milhões, oitenta e quatro mil, trezentos e setenta reais) em 05/01/2018, referente ao Evento de Aporte nº 35A1;
- 4.2. Pagamento à concessionária do SMSL de R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) em 05/01/2018, referente ao Evento de Aporte nº 16A;
- 4.3. Pagamento à concessionária do SMSL de R\$ 10.944.000,00 (dez milhões, novecentos e quarenta e quatro mil reais) em 05/01/2018, referente ao Evento de Aporte nº 34B;
- 4.4. Pagamento à concessionária do SMSL de R\$ 576.000,00 (quinhentos e setenta e seis mil reais) em 05/01/2018, referente ao Evento de Aporte nº 28C2. Este valor foi ressarcido ao FGBP, pelo concedente, em 31/10/2018;
- 4.5. Pagamento à concessionária do SMSL de R\$ 12.528.000,00 (doze milhões, quinhentos e vinte e oito mil reais) em 02/03/2018, referente ao Evento de Aporte nº 37A. Este valor foi ressarcido ao FGBP, pelo concedente, em 15/10/2018;
- 4.6. Pagamento à concessionária do SMSL de R\$ 3.967.740,44 (três milhões, novecentos e sessenta e sete mil, setecentos e quarenta reais e quarenta e quatro centavos) em 03/04/2018, referente ao ressarcimento dos valores das desapropriações e reassentamentos que ultrapassaram o valor global estabelecido na cláusula 8.8 do contrato – ressarcimento de indenização do processo Cia. Industrial Pastoral (mês set/17 - parcela 1/3);
- 4.7. Pagamento à concessionária do SMSL de R\$ 3.984.527,50 (três milhões, novecentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos) em 03/04/2018, referente ao ressarcimento dos valores das desapropriações e reassentamentos que ultrapassaram o valor global estabelecido na cláusula 8.8 do contrato – ressarcimento de indenização do processo Cia. Industrial Pastoral (mês set/17 - parcela 2/3);
- 4.8. Pagamento à concessionária do SMSL de R\$ 3.995.618,95 (três milhões, novecentos e noventa e cinco mil, seiscentos e dez reais e noventa e cinco centavos) em 03/04/2018, referente ao ressarcimento dos valores das desapropriações e reassentamentos que ultrapassaram o valor global estabelecido na cláusula 8.8 do contrato – ressarcimento de indenização do processo Cia. Industrial Pastoral (mês set/17 - parcela 3/3);
- 4.9. Pagamento à concessionária do SMSL de R\$ 2.752.000,00 (dois milhões, setecentos e cinquenta e dois mil reais) em 21/05/2018, referente ao saldo retido do Evento de Aporte nº 29C;
- 4.10. Pagamento à concessionária do SMSL de R\$ 3.808.000,00 (três milhões, oitocentos e oito mil reais) em 21/05/2018, referente ao saldo retido do Evento de Aporte nº 28D1;
- 4.11. Pagamento à concessionária do SMSL de R\$ 5.040.000,00 (cinco milhões e quarenta mil reais) em 21/05/2018, referente ao saldo retido do Evento de Aporte nº 28D1;
- 4.12. Pagamento à concessionária do SMSL de R\$ 1.344.000,00 (um milhão, trezentos e quarenta e quatro mil reais) em 21/05/2018, referente ao saldo retido do Evento de Aporte nº 31A;
- 4.13. Pagamento à concessionária do SMSL de R\$ 58.248.000,00 (cinquenta e oito milhões, duzentos e quarenta e oito mil reais) em 27/06/2018, referente ao Evento de Aporte nº 35A2. Este valor foi ressarcido ao FGBP, pelo concedente, em 10/10/2018;
- 4.14. Pagamento à concessionária do SMSL de R\$ 4.551.186,46 (quatro milhões, quinhentos e cinquenta e um mil, cento e oitenta e seis reais e quarenta e seis centavos) em 24/07/2018, referente ao ressarcimento dos valores das desapropriações e reassentamentos que ultrapassaram o limite global estabelecido na cláusula 8.8 do contrato (período jan a mar/18 – parcela 1/3);
- 4.15. Pagamento à concessionária do SMSL de R\$ 4.561.314,46 (quatro milhões, quinhentos e sessenta e um mil, trezentos e quatorze reais e quarenta e seis centavos) em 24/07/2018, referente ao ressarcimento dos valores das desapropriações e reassentamentos que ultrapassaram o limite global estabelecido na cláusula 8.8 do contrato (período jan a mar/18 – parcela 2/3);
- 4.16. Pagamento à concessionária do SMSL de R\$ 3.888.000,00 (três milhões, oitocentos e oitenta e oito mil reais) em 03/08/2018, referente ao Evento de Aporte nº 31B;
- 4.17. Pagamento à concessionária do SMSL de R\$ 41.472.000,00 (quarenta e um milhões, quatrocentos e setenta e dois mil reais) em 13/08/2018, referente ao Evento de Aporte nº 27B1;
- 4.18. Pagamento à concessionária do SMSL de R\$ 4.576.020,73 (quatro milhões, quinhentos e setenta e seis mil, vinte reais e setenta e três centavos) em 14/08/2018, referente ao ressarcimento dos valores das desapropriações e reassentamentos que ultrapassaram o limite global estabelecido na cláusula 8.8 do contrato (período jan a mar/18 – parcela 3/3);
- 4.19. Pagamento à concessionária do SMSL de R\$ 864.000,00 (oitocentos e sessenta e quatro mil reais) em 27/08/2018, referente ao Evento de Aporte nº 35C;
- 4.20. Pagamento à concessionária do SMSL de R\$ 4.592.000,00 (quatro milhões, quinhentos e noventa e dois mil reais) em 13/09/2018, referente ao Evento de Aporte nº 30;
- 4.21. Pagamento à concessionária do SMSL de R\$ 1.216.000,00 (um milhão, duzentos e dezesseis mil reais) em 13/09/2018, referente ao Evento de Aporte nº 34B;
- 4.22. Pagamento à concessionária do SMSL de R\$ 924.029,63 (novecentos e vinte e quatro mil, vinte e nove reais e trinta centavos) em 15/10/2018, referente ao ressarcimento dos valores das desapropriações e reassentamentos que ultrapassaram o limite global estabelecido na cláusula 8.8 do contrato (período abr a jun/18 – parcela 1/3). Este valor foi ressarcido ao FGBP, pelo concedente, em 30/11/2018;
- 4.23. Pagamento à concessionária do SMSL de R\$ 927.056,81 (novecentos e vinte e sete mil, cinquenta e seis reais e oitenta e um centavos) em 15/10/2018, referente ao ressarcimento dos valores das desapropriações e reassentamentos que ultrapassaram o limite global estabelecido na cláusula 8.8 do contrato (período abr a jun/18 – parcela 2/3). Este valor foi ressarcido ao FGBP, pelo concedente, em 30/11/2018;
- 4.24. Pagamento à concessionária do SMSL de R\$ 3.024.000,00 (três milhões e vinte e quatro mil reais) em 03/12/2018, referente ao Evento de Aporte nº 26B;
- 4.25. Pagamento à concessionária do SMSL de R\$ 370.415,63 (trezentos e setenta mil, quatrocentos e quinze reais e sessenta e três centavos) em 12/12/2018, referente ao ressarcimento dos valores das desapropriações e reassentamentos que ultrapassaram o limite global estabelecido na cláusula 8.8 do contrato (período abr a jun/18 – parcela 3/3);
- 4.26. Pagamento à concessionária do SMSL de R\$ 2.160.000,00 (dois milhões e cento e sessenta mil reais) em 21/12/2018, referente ao Evento de Aporte nº 35B;

4.27. Pagamento à concessionária do SMSL de R\$ 1.728.000,00 (um milhão e setecentos e vinte e oito mil reais) em 21/12/2018, referente ao Evento de Aporte nº 35D.

5. Evolução Patrimonial do Fundo

5.1. Conjuntura econômica de 2018 e perspectivas para 2019
A expectativa de retomada vigorosa da economia no ano de 2018, conforme diversos analistas avaliaram no início do ano, não se concretizou e a previsão mais recente é de que o PIB brasileiro registre um incremento de aproximadamente 1% em 2018. Os índices de inflação e a taxa de juros básica da economia permaneceram sob controle, em patamares baixos. Por conta desse quadro, as aplicações em valores e títulos com remuneração fixa registraram rendimentos relativamente baixos, em comparação a resultados de anos anteriores. Ao longo do exercício de 2018, os recursos do FGBP permaneceram aplicados no mercado financeiro, em títulos de renda fixa, referenciados no DI. Mantendo a política de investimentos até então praticada, o fundo não realizou operações em outros segmentos. Durante o ano, a SELIC e o CDI mantiveram-se estáveis a partir do segundo quadrimestre (ver Gráfico 5.1.1), no nível mínimo histórico.

Gráfico 5.1.1 – Evolução das taxas de juros acumuladas no mês



Fonte: Banco Central do Brasil.

Conforme Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil (levantamento de 05/04/2019), as perspectivas são de manutenção da taxa SELIC em torno de 6,5% a.a. para 2019. Diante desse cenário, o CDI deverá manter-se no mesmo patamar atual.

A política de tratamento dos ativos do FGBP não deverá se modificar no exercício de 2019, o que significa dizer que os recursos disponíveis do fundo permanecerão com retorno esperado no patamar do CDI. Para a contabilização do patrimônio, além dessas disponibilidades, se observará a sub-rogação dos direitos referentes à honra de garantias realizadas.

5.2. Principais movimentações em 2017 e 2018

No início do exercício de 2017, o FGBP contava com recursos aplicados no mercado financeiro na ordem de R\$ 269,2 milhões. Ao longo do ano, o fundo realizou apenas o pagamento do Aporte nº 30, no valor de R\$ 41,3 milhões (projeto SMSL). Registrou a integralização de cotas pelo FUNDESE, em nome do Estado da Bahia, no montante de R\$ 65 milhões em abril e o resgate dos recursos excedentes ao saldo mínimo, no valor de R\$ 60 milhões, em outubro. As receitas financeiras somaram R\$ 29,1 milhões e as despesas administrativas, R\$ 0,96 milhão. Ao encerrar o exercício de 2017, o FGBP mantinha R\$ 261,1 milhões aplicados no mercado financeiro e direitos a receber no valor de R\$ 41,3 milhões. Em 2018, as principais movimentações do fundo foram: honra de garantias no valor global de R\$ 208,7 milhões; ressarcimento de garantias honradas no passado no montante de R\$ 73,2 milhões; integralização de cotas pelo Estado da Bahia no valor de R\$ 130 milhões e do FUNDESE, em nome do cotista único, no valor de R\$ 45,5 milhões; resgate de cotas no montante de R\$ 60 milhões. As receitas provenientes das aplicações das disponibilidades no mercado financeiro somaram R\$ 17,9 milhões e as despesas administrativas totalizaram R\$ 0,63 milhão. Ao final do período, o FGBP contava com R\$ 258,3 milhões em aplicações financeiras e R\$ 176,9 milhões em direitos a receber por conta de garantias honradas.

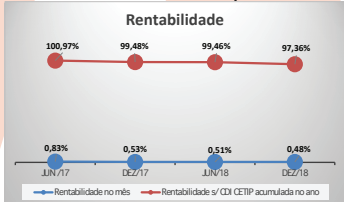
O valor desembolsado na honra de garantias correspondeu ao pagamento dos seguintes comprometimentos do Governo do Estado da Bahia com o projeto SMSL: Aportes nºs 28C2, 30, 34B, 16A, 35A1, 37A, 35A2, 31B, 27B1, 35C, 34B, 26B, 35D e 35B, saldos dos Aportes nºs 29C, 28C1, 28D1 e 31A, e ressarcimentos dos valores das desapropriações e reassentamentos.

Em grandes números, desde a criação do FGBP, o Estado da Bahia integralizou cotas, diretamente ou via FUNDESE, no valor de R\$ 559,4 milhões; e realizou resgates de cotas que somaram R\$ 258,6 milhões. Com os recursos do Fundo, foram honrados compromissos do Estado da Bahia no projeto SMSL no montante de R\$ 496,5 milhões, dos quais R\$ 319,7 milhões já foram devolvidos ao caixa do FGBP.

5.3. Rentabilidade e valor patrimonial das cotas

Os recursos disponíveis do FGBP estiveram aplicados em fundos de renda fixa e referenciado no CDI, conforme a política de investimentos do fundo. No Gráfico 5.3.1, exibido a seguir, observa-se a rentabilidade dos valores aplicados, já consideradas as despesas do fundo com taxa de administração e outros custos administrativos.

Gráfico 5.3.1 – Rentabilidade dos recursos disponíveis do FGBP



A relação entre o patrimônio disponível e as garantias outorgadas, estas últimas no valor de R\$ 235,53 milhões, alcançou 1,1 no fim do exercício de 2018. Vale lembrar que, a partir de outubro de 2018, o FGBP passou a garantir também os comprometimentos do Estado da Bahia com o projeto do Sistema Viário BA-052, o que impactou a referida relação, fazendo-a se reduzir.

No gráfico seguinte, observa-se a evolução da relação patrimônio disponível e garantias nos últimos quatro semestres.

Gráfico 5.3.2 – Relação Patrimônio Disponível/Garantias



No que se refere ao valor da cota, nota-se que ela se mantém crescente ao longo do tempo. Isto decorre do fato de o patrimônio total do FGBP se constituir, essencialmente, de uma parcela de ativos que, por estarem aplicados no mercado financeiro, se valorizam por conta da rentabilidade auferida, e de outra parcela referente ao pagamento das garantias honradas. Essa segunda parcela não se valoriza no tempo, mas tampouco reduz o patrimônio, uma vez que o Fundo se sub-roga no direito do parceiro privado a receber, do poder concedente, os valores honrados.

Segue o valor da cota no final dos últimos quatro semestres.

Gráfico 5.3.3 – Valor da Cota



5.4. Encargos debitados

Os encargos e taxas debitados no exercício de 2018, considerando o regime de caixa, totalizaram R\$ 630,2 mil (0,15% do patrimônio médio semestral - o patrimônio líquido era de R\$ 442.242 mil em 30/06/2018 e de R\$ 389.693 mil em 31/12/2018), distribuídos da seguinte forma:

- R\$ 541,1 mil referem-se à taxa de administração da Desenbahia (3% dos rendimentos líquidos do período de dezembro/2017 a novembro/2018);
- R\$ 29,3 mil, a custos com Auditoria Independente; e
- R\$ 59,7 mil, a despesas diversas.

Em 2017, os encargos e taxas debitados, considerando o regime de caixa, totalizaram R\$ 957,6 mil (0,3% do patrimônio médio semestral em 2017 - o patrimônio líquido era de R\$ 350.180 mil em 30/06/2017 e de R\$ 302.361 mil em 31/12/2017) e estavam distribuídos da seguinte forma:

- R\$ 921,9 mil referem-se à taxa de administração da Desenbahia (3% dos rendimentos do período de dezembro/2016 a novembro/2017);
- R\$ 26,4 mil, a custos com Auditoria Independente; e
- R\$ 9,3 mil, às taxas municipais pagas no período.

5.5. Investimentos Imobiliários

Não se aplica no período analisado.

5.6. Valor de mercado dos ativos

Não se aplica no período analisado.

6. Programa de Investimentos para o próximo período

Existe a perspectiva de outorga de garantia para o projeto de implantação e operação do Veículo Leve sobre Trilhos – VLT, cuja licitação teve resultado divulgado em agosto de 2018. O projeto será realizado por meio de uma Parceria Público-Privada – concessão patrocinada.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores do Fundo Garantidor Baiano de Parcerias – FGBP (Administrado pela Desenbahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A.) Salvador-BA

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do Fundo Garantidor Baiano de Parcerias – FGBP (Fundo), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Garantidor Baiano de Parcerias – FGBP em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Fundo são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 16 de abril de 2019.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 – S – BA

Manuel Perez Martinez Junior
Contador CRC BA - 025458/O-0

FUNDO GARANTIDOR BAIANO DE PARCERIAS - FGBP

Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	2018	2017
Circulante		435.203	302.404
Títulos e valores mobiliários	4	258.302	261.076
Outros créditos	5	176.901	41.328
Total do ativo		435.203	302.404

Passivo e patrimônio líquido

	Nota explicativa	2018	2017
Circulante		51	43
Obrigações diversas	6	51	43
Patrimônio líquido	7	435.152	302.361
Capital social		300.767	185.309
Reserva de lucros		134.385	117.052
Total do passivo e do patrimônio líquido		435.203	302.404

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDO GARANTIDOR BAIANO DE PARCERIAS - FGBP
Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Receitas da intermediação financeira		
Rendas com títulos e valores mobiliários	17.930	28.447
Rendas com certificados de depósitos bancários	-	686
Resultado bruto da intermediação financeira	17.930	29.133
Outras receitas/(despesas) operacionais		
Despesas administrativas	(50)	(29)
Despesas tributárias	(9)	(9)
Outras despesas operacionais	(538)	(874)
Resultado operacional	17.333	28.221
Lucro antes da tributação sobre lucro e participações	17.333	28.221
Lucro líquido do exercício	17.333	28.221

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDO GARANTIDOR BAIANO DE PARCERIAS - FGBP
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital realizado	Reserva de lucro	Lucros líquidos/(prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018		185.309	117.052	-	302.361
Lucro líquido do exercício	-	-	-	17.333	17.333
Movimentação do capital com:					
Subscrição de cotas	8	175.458	-	-	175.458
Resgate de cotas	8	(60.000)	-	-	(60.000)
Destinação:					
Constituição de reserva de lucro	-	-	17.333	(17.333)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		300.767	134.385	-	435.152
Mutações do exercício		115.458	17.333	-	132.791
Saldos em 1º de janeiro de 2017		180.309	88.831	-	269.140
Lucro líquido do exercício	-	-	-	28.221	28.221
Movimentação do capital com:					
Subscrição de cotas	7	65.000	-	-	65.000
Resgate de cotas	7	(60.000)	-	-	(60.000)
Destinação:					
Constituição de reserva de lucro	-	-	28.221	(28.221)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		185.309	117.052	-	302.361
Mutações do exercício		5.000	28.221	-	33.221

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDO GARANTIDOR BAIANO DE PARCERIAS - FGBP
Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	17.333	28.221
Variações patrimoniais		
Títulos e valores mobiliários	(22.839)	45.486
Outros créditos	(135.573)	(41.328)
Outras obrigações	8	(46)
Caixa líquido oriundo das atividades operacionais	(141.071)	32.333
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Subscrição de cotas	175.458	65.000
Resgate de cotas	(60.000)	(60.000)
Caixa líquido oriundo das (aplicado nas) atividades de financiamento	115.458	5.000
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(25.613)	37.333
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota explicativa nº 4)	59.991	22.658
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota explicativa nº 4)	34.378	59.991
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(25.613)	37.333

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

O Fundo Garantidor Baiano de Parcerias - FGBP (Fundo) foi instituído pela Lei nº 12.610, de 27 de dezembro de 2012. O Fundo tem por finalidade precípua prestar garantias de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pela administração direta ou indireta do Estado da Bahia, em virtude das parcerias público-privadas (PPP) celebradas nos termos da Lei Estadual nº 9.290, de 27 de dezembro de 2004, desde que previstas em projeto previamente aprovado pelo Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas.

O Fundo é regido pelo seu Regulamento e Estatuto, aprovados na primeira Assembleia de Cotistas realizada em 3 de junho de 2013. Neste ato também foi autorizada a integralização inicial de capital do Fundo com recursos do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ao Estado da Bahia. Com a publicação do estatuto em 27 de setembro de 2013, tiveram início as operações do Fundo. O aporte de capital ocorreu em 15 de outubro de 2013.

A Desenbahia - Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. (Desenbahia) foi designada administradora do Fundo mediante regulamento.

Política de investimentos

O Fundo tem por objetivo proporcionar a valorização das cotas através da gestão e administração de uma carteira de ativos financeiros, títulos e valores mobiliários, moeda corrente, bens móveis e imóveis e ou outros direitos com valor patrimonial, buscando a manutenção de sua rentabilidade, segurança e liquidez.

O patrimônio de cada cotista é a soma da quantidade de cotas multiplicada pelo respectivo valor delas.

A gestão do Fundo deve buscar compatibilizar a evolução do ativo comprometido com a trajetória esperada para as obrigações assumidas, de acordo com os respectivos prazos e indexadores.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

De acordo com o regulamento do Fundo, ele tem contabilidade própria, compatível com o sistema adotado pelo seu administrador, Desenbahia - Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. Assim sendo, as suas demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Desenbahia em 16 de abril de 2019.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de Reais. O Real é a moeda funcional do Fundo.

Estimativas e premissas foram utilizadas na preparação dessas demonstrações contábeis. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

Não há julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tenha efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente aos exercícios aqui apresentados.

- O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios;
- A classificação em circulante e longo prazo, do realizável e do exigível, obedece às normas e instruções do Banco Central do Brasil;
- Os títulos e valores mobiliários registram a aplicação de disponibilidades de caixa em títulos públicos federais, inclusive em cotas de fundos de investimento cujas carteiras estejam representadas exclusivamente por títulos públicos federais, desde que assim conste nos regulamentos dos fundos de investimento;
- Os direitos são demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos e as variações monetárias ou cambiais incorridos e deduzidos das correspondentes rendas a apropriar, quando aplicável;
- As obrigações são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e as variações monetárias incorridas e deduzidos das correspondentes despesas, quando aplicável;
- Para apuração de tributos, o Fundo está submetido à imunidade recíproca, que protege as pessoas jurídicas de direito público umas das outras, no que concerne à incidência dos impostos.
- Para elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, estão incluídas as disponibilidades de caixa, as aplicações interfinanceiras de liquidez com vencimento de até 90 dias, e cotas de fundos de investimento com característica de equivalentes de caixa, registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço;

	2018	2017
Equivalentes de Caixa		
Cotas de Fundos Referenciados (Nota explicativa nº 04)	21.413	60.020
Cotas de Fundos Renda Fixa (Nota explicativa nº 04)	12.965	(29)
	34.378	59.991

(h) O Fundo não opera com instrumentos derivativos.

4. Títulos e valores mobiliários

	2018	2017
Cotas de Fundos Referenciados (I)	21.413	60.020
Cotas de Fundos Mútuos de Renda Fixa (II)	236.889	201.056
	258.302	261.076

(I) Aplicação em fundo não exclusivo, Caixa Econômica Federal - Fundo Referenciado FIC TOP, com liquidez diária e rentabilidade de 97,86% (99,50% em 2017) do CDI no ano.

(II) Aplicação em fundo exclusivo, Caixa Econômica Federal - Fundo de Investimento Caixa FGBP Renda Fixa Crédito Privado Longo Prazo, com rentabilidade no ano de 97,30% do CDI (99,48% em 2017).

Estes fundos possuem a seguinte composição por faixa de vencimento:

	Faixa de vencimento - 2018					
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	Acima de 3 anos
FI FGBP CRED PRIV LP	(33)	12.997	156.769	-	-	67.156
Disponibilidades	1	-	-	-	-	-
Operações comprometidas	-	-	118.096	-	-	118.096
Depósitos a prazo e outros títulos de instituições financeiras	-	-	38.673	-	-	38.673
Títulos públicos	-	12.997	-	-	-	67.156
Valores a pagar	(34)	-	-	-	-	(34)
CAIXA FIC TOP REF DI LP	12.568.119	-	-	-	-	-
Cotas de Fundos de Investimento	12.568.258	-	-	-	-	12.568.258
Valores a receber	13	-	-	-	-	13
Valores a pagar	(152)	-	-	-	-	(152)
	12.568.086	12.997	156.769	-	-	67.156
						12.805.008
	Faixa de vencimento - 2017					
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	Acima de 3 anos
FI FGBP CRED PRIV LP	(29)	-	-	38.504	-	162.581
Disponibilidades	1	-	-	-	-	-
Operações comprometidas	-	-	-	-	-	119.883
Depósitos a prazo e outros títulos de instituições financeiras	-	-	-	38.504	-	38.504
Títulos públicos	-	-	-	-	-	42.698
Valores a pagar	(30)	-	-	-	-	(30)
CAIXA FIC TOP REF DI LP	5.642.995	-	-	-	-	-
Cotas de Fundos de Investimento	5.643.041	-	-	-	-	5.643.041
Valores a receber	18	-	-	-	-	18
Valores a pagar	(64)	-	-	-	-	(64)
	5.642.966	-	-	38.504	-	162.581
Total						5.844.051

5. Outros créditos

Em função da PPP firmada com o consórcio CCR Metrô Salvador, as seguintes honras e ressarcimentos, através da SEDUR, ocorreram:

	R\$
Saldo inicial das garantias honradas em 1º de janeiro de 2018	41.328
(+) Garantias honradas em fevereiro de 2018	38.204
(+) Garantias honradas em março de 2018	12.528
(+) Garantias honradas em abril de 2018	11.948
(+) Garantias honradas em junho de 2018	58.248
(+) Garantias honradas em junho de 2018	12.944
(+) Garantias honradas em julho de 2018	9.113
(+) Garantias honradas em agosto de 2018	3.888
(+) Garantias honradas em agosto de 2018	41.472
(+) Garantias honradas em agosto de 2018	4.576
(+) Garantias honradas em agosto de 2018	864
(+) Garantias honradas em setembro de 2018	5.808
(+) Garantias honradas em outubro de 2018	1.851
(+) Garantias honradas em dezembro de 2018	3.024
(+) Garantias honradas em dezembro de 2018	370
(+) Garantias honradas em dezembro de 2018	3.888
	250.054

(-) Ressarcimento de garantias em outubro de 2018	(58.248)
(-) Ressarcimento de garantias em outubro de 2018	(12.528)
(-) Ressarcimento de garantias em outubro de 2018	(576)
(-) Ressarcimento de garantias em novembro de 2018	(1.851)
	(73.203)

Saldo final das garantias honradas em 31 de dezembro de 2018

	176.851
Pendências a regularizar	50
	176.901

6. Obrigações diversas

As obrigações do Fundo estão compostas por:

	2018	2017
Taxa de Administração (I)	38	41
Outras obrigações (II)	13	2
	51	43

(I) Conforme previsto em seu regulamento, mensalmente o Fundo paga ao seu administrador (Desenbahia), pelos serviços de gestão do Fundo, uma taxa de administração equivalente a um percentual ao ano a ser aprovado em Assembleia de Cotistas, incidente sobre o rendimento líquido das aplicações financeiras do Fundo. Na Assembleia Geral Extraordinária de 14 de outubro de 2013, ficou estabelecida a taxa de 3% ao ano.

(II) Despesas com serviços de auditoria independente.

7. Patrimônio líquido

O capital social é constituído de 276.470 (199.834 em 2017) cotas, tendo o Estado da Bahia como único cotista. Movimentação das cotas:

	2018		2017	
	Capital social (R\$)	Quantidade de cotas	Capital social (R\$)	Quantidade de cotas
Saldo inicial em 1º janeiro	185.309	199.835	180.309	194.573
(+) Subscrição	175.458	114.977	65.000	45.408
(-) Resgate	(60.000)	(38.342)	(60.000)	(40.146)
(=) Saldo final em 31 de dezembro	300.767	276.470	185.309	199.835

O Fundo não pagará rendimentos a seus cotistas. A este está assegurado o direito de requerer o resgate total ou parcial de suas cotas, correspondente ao patrimônio ainda não utilizado para concessão de garantias, fazendo-se a liquidação com base na situação patrimonial do Fundo.

As subscrições tiveram como objetivo manter o nível de aplicações correspondentes à prestação de garantias do Fundo em consonância com o seu regulamento. Esta recomposição de cotas se deu por meio de recursos do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - FUNDESE, em nome do Estado da Bahia.

O patrimônio líquido é constituído também por reserva de lucros no valor de R\$ 134.385 (R\$ 117.052 em 2017).

8. Partes relacionadas

Conforme reza o Pronunciamento Técnico CPC nº 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, o Fundo identificou como partes relacionadas:

- Estado da Bahia: único cotista;
- Desenbahia - Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A.: gestora do fundo;
- Fundese - Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico: recomposição de cotas;
- Demais órgãos vinculados ao Estado da Bahia.

Ao longo do exercício, o Fundo teve como despesa de taxa de administração o valor de R\$ 538 (R\$ 874 em 2017), e findou o ano com uma obrigação de R\$ 38 (R\$ 41 em 2017), também inerente à taxa da administração.

Com o objetivo de manter o nível de aplicações correspondentes à prestação de garantias do Fundo em consonância com o seu regulamento, foi realizada a recomposição das cotas do Fundo por meio de recursos do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - FUNDESE, em nome do Estado da Bahia e integralizaram o montante de R\$ 175.458, correspondente a 114.977 cotas.

9. Contingências

Em 31 de dezembro de 2018, de acordo com seus assessores jurídicos, não há conhecimento de processos movidos contra o Fundo.